

**SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Ata da Reunião Ordinária da CONATRAE

Ata da ordem do dia 02 de julho de 2015

Brasília – DF

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da Reunião Ordinária da CONATRAE

Data: 02/07/2015

1 Aos dois dias do mês de junho de dois mil e quinze teve início a Reunião Ordinária da
2 CONATRAE, sob a Coordenação do Sr. Ministro Pepe Vargas, Secretaria de Direitos Humanos.
3 Estiveram presentes os seguintes participantes: Carlos Haddad, Representante da AJUFE; Miguel
4 Jorge, Presidente da COETRAE/GO; Igor Martins C. Almeida, Representante da COETRAE/MA;
5 Francisco de Paula L. Sobrinho, Representante da ANADEP; Gustavo F. Barbosa Machado,
6 Representante do DPRF; Augusta Machado Tamasauskas, Representante do DPRF; Thaís Brianezi,
7 Representante Repórter Brasil; Frederico Melo, Representante da CNA; Eduardo A. Santana,
8 Representante da CNI; Osvaldo José Barbosa Souza, Representante do MPF/PGR; Rosângela
9 Bandeira, Representante da OVC Brasil; Lilia Alves Braga, Representante da UNIMIL/GO; Márcio
10 Freitas, Representante da OVC Brasil; Uilliam Ribeiro da Costa, Representante da UNIMIL/GO;
11 Ney Canani, Representante da DTS/MRE; Jacqueline Carrijo, Representante da SINAIT; Severino
12 Goes, Representante da ANAMATRA; Patrícia T. M. Costa, Representante da SINAIT; Solange
13 Nunes, Representante da SINAIT; Antônia Samir, Representante do MMA; Leonardo Batista,
14 Representante do MDA; Bruno Arruda, Representante da Defensoria Pública da União; Cíntia
15 Bonder, Representante da Secretaria da Justiça DH/RS; Carlos W. Vaz da Silva, Representante do
16 Corpo de Bombeiros/GO; Ricardo Rezende Figueira, Representante da GPTEC; Flávia Modell,
17 Representante da Free the Slaves – ONG; João Antonio Moreira, Representante da CPT; Rogenir
18 Costa, Catholic Life Servive/CRS; Luis Festino, Representante da MCST/CNTTTT; Assis de Souza;
19 Fernanda Carvalho, Representante da OIT; Luiz Machado, Representante da OIT; Vera Lúcia de
20 Oliveira, Representante do MAPA; Fabíola Oliveira, Representante da DETRAE/SET/MTE; Helida
21 Girão, Representante da DETRAE/SET/MTE; Alessandra Camarano, Representante da ABRAT;
22 José Correia, Representante do Ministério da Defesa; Luciano M. Cardoso, Representante da
23 Polícia Rodoviária Federal; Thiago Garcia, Representante da SDH/PR; Aditon Carvalho,
24 Representante da CG/CONATRAE; Xavier Passat, Representante da CPT; Antônio Carlos,
25 Representante da OIT; Valdiney Antonio de Arruda, Representante da COETRAE/MT; Paulo
26 Maldos, Representante da SDH/SNPDDH; Pepe Vargas, Ministro da SDH; Leonardo Sakamoto,
27 Representante da Repórter Brasil; Noemia Porto, Representante da ANAMATRA; Raquel Renata,

28 Representante da CFOAB; Raissa Rousseng, Representante da CFOAB; Silvio Brasil,
29 Representante da SDH/CONATRAE. **ABERTURA:** O Ministro da Secretaria de Direitos
30 Humanos, Pepe Vargas, iniciou a reunião cumprimentando a todos e solicitando que os
31 participantes se apresentem. Após as apresentações, o Ministro Pepe Vargas deixou claro que estão
32 compromissados a retornar a sistematicidade das reuniões, embora não tenham ainda um Regimento
33 Interno aprovado e informou que estão com uma proposta de calendário de reuniões até o final de
34 2015 para que todos possam realizar as reservas de agenda. Explanou que a criação da Comissão
35 Nacional no ano de 2003, significou um importante instrumento de avanço e de monitoramento de
36 políticas que combatam o trabalho escravo no Brasil, porém, discorreu que lamentavelmente, por
37 mais esforço que o Estado Brasileiro e que as organizações privadas e a sociedade civil organizada
38 realizam para garantir esse direito humano fundamental ao trabalho decente e combater as práticas
39 de análogo ao trabalho escravo, ainda existem vários casos. Destacou que a Comissão é
40 extremamente importante para o acompanhamento do Plano Nacional de Combate ao Trabalho
41 Escravo, na elaboração, na formulação e nas sugestões e arrazoou que tiveram uma situação de
42 questionamento do Cadastro de Empregadores, através de uma Ação Direta de
43 Inconstitucionalidade, sendo que foi elaborada uma nova Portaria buscando maior segurança
44 jurídica para superar a questão. Elucidou que têm sido realizadas gestões junto ao Supremo
45 Tribunal Federal para superar a Ação Direta de Inconstitucionalidade para poder retomar a
46 publicação do cadastro da forma mais adequada. Ponderou que embora o Decreto seja de 2003,
47 nunca houve uma formalização efetiva da própria Comissão e sugeriu que esse tema seja debatido
48 nessa reunião para que possam encaminhar para a devida formalização. Com relação ao Regimento
49 Interno, comunicou que esse regimento passou por uma análise jurídica, em foram levantados
50 alguns pontos de aperfeiçoamento e de questionamento para que a Comissão analise os mesmos. O
51 Sr. Silvio Brasil (Coordenação Geral da CONATRAE) cumprimentou a todos e articulou que será
52 apresentada ao longo da reunião, uma proposta de calendário, em que buscaram fazer as adequações
53 com o Gabinete para que possam ter a presença do Ministro em todas as reuniões. Ilustrou que o
54 calendário envolve uma reunião em dezembro para que de alguma forma compense a falta de
55 reuniões que houve no primeiro semestre e que, houveram algumas sugestões de itens de pauta de
56 alguns membros do CONATRAE, que infelizmente não puderam acolhê-los dada a particularidade
57 da primeira reunião. Notificou que a pauta é composta por: abertura, informe sobre o Cadastro de
58 Empregadores, informe sobre o planejamento interno das atividades da Coordenação Geral da

59 CONATRAE, apresentação sobre o monitoramento do Segundo Plano, informe sobre a retomada de
60 estratégia de diálogo com as COETRAE's, informe sobre o IV Encontro Nacional das
61 COETRAE's, apresentação sobre o Projeto de Ação Integrada. O Ministro Pepe Vargas questionou
62 se algum participante possui alguma sugestão ou supressão de ponto de pauta. A Sra. Jacqueline
63 Carrijo (SINAIT) postulou que insiste na pauta da SINAIT, inclusive, para exposição da
64 organização das vítimas de cruzeiro, da associação dos militares e também dos trabalhadores do
65 transporte rodoviário. Um participante reforçou a explanação da Sra. Jacqueline Carrijo e
66 compreendeu que a pauta tem pontos importantíssimos, mas existem pontos da sociedade civil que
67 precisam ser trazidos, como sobre a pauta do Congresso Nacional. Outro participante sugeriu
68 realizarem um intervalo de almoço mais reduzido para incluir as sugestões de pauta. Os
69 participantes concordam com a sugestão e seguindo para o segundo item de pauta 'Informe sobre o
70 cadastro de empregadores', um membro da reunião relatou que a Associação Brasileira dos
71 Incorporadores das Indústrias de Construção (ABRAINCO) através de uma Ação Direta de
72 Inconstitucionalidades questionou a Portaria Número 02 de 2011, sendo que foi dada uma liminar
73 ao Ministro Lewandowski no dia 23 de dezembro de 2014 e desde então, as iniciativas da AGU e
74 do Governo vem tentando derrubar a mesma. Explanou que após as conversas com o Ministro,
75 entendeu-se que a medida adequada seria a edição de uma nova Portaria e que, em conversas com o
76 Ministério do Trabalho, AGU e a SDH, a Portaria foi editada no dia 31 de março. Comentou que a
77 nova Portaria está baseada na Lei de Acesso a Informação e que, foram dirimidas algumas outras
78 dúvidas, deixando claro que todo o questionamento dos empregadores em relação ao rito processual
79 administrativo no Ministério do Trabalho, foi remetido a CLT. Arrazoou que a AGU entrou com
80 pedido de perda de objeto da liminar para que possam, diante dessa decisão, de fato publicar a nova
81 Portaria. Informou que estão aguardando a decisão da Ministra Carmen Lúcia, pela perda de objeto,
82 na segunda quinzena de julho, para realizar a publicação e elucidou que precisam se mobilizar em
83 relação à luta pela erradicação do trabalho escravo, pois a lista suja é um instrumento fundamental.
84 Uma participante discorreu que a ANAMATRA entrou com a *Amicus Curiae* na Ação Direta de
85 Inconstitucionalidade, reforçando a tese da perda do objeto e notificou que possuem agendamentos
86 com os Ministros do Supremo Tribunal Federal, para o final de julho, para discutir um assunto
87 relacionado à competência da Justiça do Trabalho, no caso do trabalho infantil artístico,
88 comprometendo a levar nesse agendamento, o reforço do pedido para perda de objeto. O Sr. Paulo
89 Maldos (SDH) esclareceu que a edição da Portaria supriu alguns pontos que o próprio Supremo

90 havia levantado, visto que está dentro da jurisprudência do mesmo e que, é um procedimento legal
91 que cumpre os exatos termos da própria liminar concedida pelo Ministro Lewandowski. Deixou
92 claro que a Lei de Acesso a Informação é posterior a Portaria número 02 de 2011 e reforçou a
93 necessidade do Estado de informar as consequências, principalmente da aplicação das suas Políticas
94 Públicas. Seguindo para o terceiro item de pauta ‘Informe sobre o planejamento interno das
95 atividades da Coordenação da CONATRAE’, o Sr. Sílvio Brasil discorreu que nos últimos três
96 meses na discussão e na organização da Coordenação Geral, passaram por mudanças na gestão da
97 Secretaria e da Coordenação, o que exigiu apropriar dos processos para buscar definir ações
98 estratégicas. Explanou que uma das iniciativas é estabelecer um calendário de reuniões
99 conjuntamente com o Gabinete para contar com a presença do Ministro e comunicou que na semana
100 passada, realizaram a primeira oficina do ano juntamente com a escola SEARA do Tribunal do
101 Trabalho do Paraná, em Curitiba. Ponderou que há possibilidade de realizarem uma nova oficina em
102 Marabá/PA, à medida que há uma disposição de realizá-la e acrescentou que da mesma forma,
103 abrem para os demais parceiros que vejam a possibilidade de desenvolver alguma ação nesse
104 sentido. Dentre as iniciativas, articulou que buscaram retomar todos os acordos de cooperação que
105 havia anteriormente com a CONATRAE e que outros elementos que consideram importante são:
106 articulação com o Projeto de Ação Integrada, fortalecimento das Comissões Estaduais, estabelecer
107 COETRAE nos Estados que ainda não existem e a realização do Encontro Nacional. A Sra. Rogenir
108 (CRS) indagou como o planejamento interno está considerando a articulação com a Comissão
109 Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP. Uma participante sugeriu a
110 criação de um grupo técnico do trabalho escravo infantil para trabalhar na mudança das normas que
111 tratam o trabalho infantil e um grupo técnico do trabalho dos motoristas profissionais, em função
112 das jornadas exaustivas e das condições degradantes. Compreendeu que poderiam retomar as
113 oficinas que foram agendadas no final de 2014 com a Justiça do Trabalho e com o pessoal da área
114 portuária, sobre o trabalho escravo em navios de cruzeiros e solicitou a participação de membros da
115 CONATRAE na Comissão de Combate de Tráfico de Pessoas. Um membro da reunião questionou
116 se há possibilidade de ter a construção de um planejamento que considere as ações efetivas
117 construídas com os membros da CONATRAE e um participante intuiu que é interessante o
118 convênio firmado com o Conselho de Justiça Federal para poder replicar as atividades para os juízes
119 federais, que cuidam da competência penal da condição análoga de escravo. Informou que sob a sua
120 coordenação foi criada uma clínica de trabalho escravo e tráfico de pessoas, na Faculdade de Direito

121 da Universidade Federal de Minas Gerais, que faz parte da rede universal de clínicas, em que é
122 oferecida assistência jurídica as vítimas, organização de eventos e preparação dos alunos para o
123 marco jurídico e para as atividades relacionadas ao trabalho escravo e tráfico de pessoas. Ressaltou
124 que a clínica está à disposição da Comissão e da SDH para poder entabular atividades, sobretudo no
125 Estado de Minas Gerais que no ano de 2014, foi Estado em que mais se resgataram trabalhadores no
126 país. O Sr. Silvio Brasil ressaltou que observam como algo necessário a articulação com a
127 CONATRAP, dentro do conceito de tráfico de pessoas, por ser um processo intimamente ligado
128 com o trabalho escravo. Informou que conseguiram incluir no PPA 2015/2019 do Ministério da
129 Justiça ações relativas ao combate ao tráfico de pessoas que estejam explicitamente relacionadas ao
130 trabalho escravo. Uma participante compreendeu que seria interessante uma forma de partilhar
131 periodicamente as questões que estão sendo tratadas na CONATRAP na CONATRAE. Um
132 participante compreendeu que a sugestão é extremamente pertinente, mas arrazoou que também
133 seria importante que a CONATRAP indicasse algum representante para participar das reuniões da
134 CONATRAE. O Sr. Silvio Brasil discorreu que a Coordenação da Comissão precisa ter
135 planejamento para definir as ações e ter orçamento para as ações estruturantes e para realizar as suas
136 tarefas. Inferiu que não existe nenhum problema de criar os Grupos Técnicos, mas explanou que
137 precisam analisar de que forma essa criação deve acontecer e que é preciso de alguém que se
138 responsabilize de compor o mesmo. A Sra. Jacqueline Carrijo ponderou que muitas autoridades do
139 trabalho entendem que o trabalho infantil nas condições de piores formas de trabalho, também é
140 trabalho escravo, mas explicou que o tratamento jurídico que é dado para os vulneráveis é
141 completamente diferente do tratamento dos adultos. O Sr. Silvio Brasil reiterou que não há da parte
142 da Coordenação Geral nenhum óbice com relação à criação do GT e um participante explicou que a
143 criação de Subcomissões em linhas gerais para tratar as decisões de forma estratégica seria mais
144 interessante. O Sr. Carlos Eduardo (CONTAG) propôs definir na próxima reunião da CONATRAE
145 uma Comissão mínima para que pudessem pensar nos temas que foram indicados nessa reunião e
146 em reuniões passadas, inclusive, sugerindo criar a constituição dos grupos e como os mesmos
147 funcionariam. O Ministro Pepe Vargas compreendeu que a proposta do representante da CONTAG
148 seria muito prudente e propôs formarem a Comissão nessa reunião. Propuseram fazer parte da
149 Comissão: CONTAG, SINAIT, CNA, OIT, COETRAE/MT, SDH e o Ministério do Trabalho.
150 Seguindo para o quarto item de pauta ‘Apresentação sobre o monitoramento do Segundo Plano’, o
151 Sr. Luiz Machado (OIT) informou que em 2012 conduziram um processo de consulta com parceiros

152 membros da CONATRAE devido a OIT ter recebido um recurso para criar um novo projeto de
153 combate ao trabalho forçado. Articulou que o projeto está vigente até o final de 2016, mas estão
154 pleiteando uma extensão até o final de 2017 e que, na consulta com a SDH foi exposta a
155 necessidade de um sistema de acompanhamento e monitoramento do Plano Nacional. Postulou que
156 a OIT no âmbito desse projeto, contratou a ONG Repórter Brasil para construir uma plataforma
157 eletrônica de simples operação para dar futuramente subsídios e informações sobre a aplicação das
158 66 ações previstas no Plano. Uma participante destacou que uma das grandes preocupações do
159 Sindicato Nacional é com relação às normas que tenham sido elaboradas e efetivadas nas relações
160 de trabalho. A Sra. Rosângela Bandeira (OVC) realizou a leitura da carta elaborada pela OVC e
161 relatou que todas as denúncias no OVC são protocoladas em todos os Ministérios. Elucidou que a
162 Resolução Normativa 71 é uma vergonha, por impedir que os trabalhadores estejam amparados pela
163 CLT e informou que possuem dois Projetos de Lei engavetados no Senado. Comentou que a OVC
164 realizou as seguintes perguntas: *“Com todos os autos de infração lavrados pelos auditores da área*
165 *portuária pelo MPT de Santos não executa o pacto de 2010?; Com todas as denúncias da OVC e do*
166 *SINAIT, quais são as providências para a declaração de ilegalidades, inconstitucionalidades, da*
167 *Resolução 71?; Porque na operação do grupo móvel as autoridades fizeram resgate de somente 11*
168 *trabalhadores brasileiros?; Qual a diferença de operação do grupo móvel em navios de cruzeiro e*
169 *nas confecções em São Paulo?;”. Ressaltou a sua indignação pela maneira que o Brasil trata os*
170 *casos dos tripulantes dos navios de cruzeiros. Um participante esclareceu que buscarão no GT quais*
171 *foram as ações desenvolvidas para resolver essa situação e a Sra. Rosângela Bandeira solicitou que*
172 *tomem alguma providência em relação à situação. Um participante explanou que o Grupo de*
173 *Trabalho poderá apontar um conjunto de questões sobre a ação preventiva para evitar que*
174 *aconteçam situações de trabalho degradante nos cruzeiros e que, será informada de qualquer*
175 *dificuldade de identificar as denúncias. Com relação ao ponto de pauta ‘Informe sobre a retomada*
176 *de estratégia de diálogo com as COETRAE’s’, o Sr. Silvio Brasil arrazoou que compreendem que é*
177 *estratégico que haja a instalação das COETRAE’s nos Estados, onde as mesmas não existam e ao*
178 *mesmo tempo, contribuir para as que estejam instaladas funcionem de fato. Discorreu que possuem*
179 *informações de que algumas COETRAE’s paralisaram os seus serviços e as suas atividades. O*
180 *Representante da COETRAE/MT compreendeu existem boas práticas em algumas COETRAE’s*
181 *que efetivamente tem contribuído na erradicação do trabalho análogo ao escravo e que, o*
182 *fortalecimento com a sua presença nos Estados são muito importantes para aqueles que queiram*

183 retomar as suas atividades. Intuiu que também é importante criar um mecanismo de representação
184 das COETRAE's nas reuniões da CONATRAE. O Sr. Miguel Jorge (COETRAE/GO) reforçou que
185 é muito importante as COETRAE's terem acento na CONATRAE para uma maior aproximação. O
186 Sr. Igor Martins C. Almeida (COETRAE/MA) informou que a COETRAE/MA realizaram três
187 reuniões ordinárias a partir da sua retomada em janeiro, inclusive, foi criado um GT Jurídico que
188 trabalhou na lei para a criação de um Fundo Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. Ponderou
189 que assumiram, a partir desse ano, as Caravanas da Liberdade, que é uma iniciativa do Tribunal
190 Regional do Trabalho do Maranhão e que, protocolaram um pedido da Coordenação Regional da
191 CONATRAE de participação da SDH na Reunião Ordinária da COETRAE do Maranhão que será
192 realizado no dia 05 de agosto, como também para o OIT que será protocolado posteriormente. O Sr.
193 Silvio Brasil informou que será implantada dentro da página da CONATRAE, um mapa de
194 georeferência das COETRAE's com os contados das mesmas. Prosseguindo para o informe sobre o
195 IV Encontro Nacional das COETRAE's, o Sr. Silvio Brasil explicou que o Encontro Nacional é um
196 espaço privilegiado para difundir as experiências e estabelecer maiores contatos entre as Comissões
197 Estaduais. Articulou que a realização do Encontro seria uma ação muito importante e que, podem
198 utilizar o restante do recurso do Encontro anterior para financiá-lo. O Sr. Leonardo Sakamoto
199 (Repórter Brasil) comentou que é fundamental a participação das COETRAE's em todo o processo
200 e entendeu que não teria problema algum, voltar novamente a realizar viagens itinerantes da
201 CONATRAE para gerar fatores políticos importantes. Com relação ao Encontro das COETRAE's,
202 postulou que o III Encontro no Município de São Paulo foi muito bom. A Sra. Rogenir Costa
203 compreendeu que seria interessante aprofundar mais a metodologia no IV Encontro e sugeriu criar
204 uma Comissão para pensar de forma mais estrutural o objetivo, tema, metodologia e
205 consequentemente, a pauta. Um participante informou que a próxima reunião científica de Trabalho
206 Escravo Contemporâneo será realizada no Rio de Janeiro em novembro e sugeriu que a próxima
207 reunião seja realizada no Rio de Janeiro, para que as pessoas possam participar também desse
208 evento. O Ministro Pepe Vargas compreendeu que poderiam adotar, se todos concordarem, a
209 sugestão de constituir uma pequena Comissão para que na próxima reunião da CONATRAE haja
210 uma decisão definitiva. As entidades que se propuseram a participar da Comissão foram: SINAIT,
211 CRS, COETRAE/MT, OIT, SDH e a Federação dos Transportes. Um participante relatou que
212 gostaria de incluir junto com o SINAIT em relação à jornada excessiva de trabalho da Lei dos
213 Motoristas, sendo que a Presidenta Dilma assinou na ONU que seria signatária na redução de

214 mortes nas rodovias do Brasil e nas cidades, e não está cumprindo o que foi feito, por ter aprovada
215 essa Lei. O Ministro Pepe Vargas compreendeu que a pauta está represada por falta de reuniões e
216 afirmou que precisam cumprir a pauta que foi definida para essa reunião. Seguindo para a
217 apresentação do Projeto Ação Integrada, o Sr. Valdiney Arruda explicou que a Ação Integrada
218 nasceu na perspectiva de cumprir a missão do Seguro Desemprego, que prevê o encaminhamento
219 dos egressos de trabalho escravo para o SINE e para o mercado de trabalho. Arrazoou que no
220 decorrer da implantação dessa ação no Mato Grosso em 2008, a mesma se configurou em uma
221 estratégia integrada com o reconhecimento de núcleos de vulnerabilidade e identificação das
222 deficiências. Explanou que o grande objetivo era eliminar alguns fatores que causavam a
223 vulnerabilidade do trabalhador, como a educação e a qualificação e que, um grande efeito foi a
224 provocação do segmento educacional e do setor empresarial a aderir a metodologia, propondo
225 soluções que atendessem a especificidade. Mencionou dois casos de sucesso e notificou que no dia 29
226 apresentaram uma nova plataforma para trabalhar o público vulnerável, não apenas para o egresso
227 de trabalho escravo, mas para pessoas com deficiências, vítimas de violências e medida
228 socioeducativa. Ressaltou que a ideia é transformar esse modelo, baseado na experiência do Mato
229 Grosso, em uma Ação Nacional. O Sr. Antônio Carlos esclareceu que o Projeto pretende
230 simplesmente articular Políticas Públicas e outras iniciativas que possam atender ao público egresso
231 do trabalho escravo e os trabalhadores vulneráveis a serem captados para essa prática. Discorreu
232 que a Ação Integrada tem como objetivo romper o ciclo de atendimento psicossocial, através do
233 nivelamento da educação e da qualificação profissional, dando a oportunidade de emprego e renda.
234 Notificou que hoje estão implantando esse projeto no Estado do Rio de Janeiro, no Estado da Bahia
235 e também uma iniciativa regional que conta com o apoio da CPT e do Centro de Defesa da Vida e
236 Direitos Humanos, Carmen Bascaran, que englobará Estados de Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí.
237 Ponderou que o movimento pretende agregar novas instituições, como: CNJ, o SINAIT, a OIT, a
238 Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Estado do Mato Grosso, Ministério Público
239 Federal, SDH e a CNI. Explanou que no Estado do Mato Grosso as primícias da iniciativa se
240 transformaram em uma Política Pública que foi lançada segunda-feira. Um participante comentou
241 que a Comissão Pastoral da Terra tem acompanhado há oito anos um Grupo de Trabalho que havia
242 sido levado do Piauí ao Município de Santa do Araguaia/PA, em que uma vez ou outra, eram
243 explorados em situação de condição análoga de escravos. Inferiu que a alternativa não se resume ao
244 tratamento individual do problema de cada vítima do trabalho escravo, mas sim atender o problema

245 na sua essência estrutural. Um membro da reunião articulou que a CPT possui um assentamento de
246 trabalhadores resgatados do trabalho escravo e trabalhadores migrantes, em que vivem 39 famílias e
247 relatou sobre como são as condições desse assentamento. Um participante postulou que a
248 Associação Nova Conquista em Monsenhor Gil, foi premiado com o Prêmio Nacional de Direitos
249 Humanos em 2014 e que iniciou na região do Bico de Papagaio, um programa chamado ‘Rede de
250 Ação Integrada para Combater a Escravidão’ articulado com a CPT’s e o com Centro de Defesa da
251 Vida e dos Direitos Humanos. Outro participante compreendeu que o relato das experiências
252 positivas deve voltar à pauta da próxima reunião com maior tempo para ser discutida e comentou
253 que as normas existentes praticamente excluem os assalariados rurais do programa de reforma
254 agrária. Relatou que a reforma agrária e o assentamento de assalariados rurais precisa ser visto
255 como mecanismo preventivo e de enfrentamento ao trabalho escravo. Um membro da reunião
256 questionou se há algum movimento de diálogo da construção do Plano e a sistematização das Ações
257 com os Planos Estaduais, porque os Planos Estaduais são para transversalizar as políticas de
258 enfrentamento de repressão e de prevenção ao trabalho escravo. Outro membro da reunião explicou
259 que há lugares em que a COETRAE está empurrando a organização da Ação Integrada e há lugares
260 que não foi possível, pois era difícil dialogar com o Estado. O Ministro Pepe Vargas arrazoou que
261 acredita que a Comissão organizada, que terá como atribuição a discussão sobre o Encontro
262 Nacional, poderia pensar em um tempo no encontro para aprofundamento dessa questão para
263 disseminação das experiências e propôs que a Comissão apresentasse essa proposta. A Sra. Vera
264 Lúcia de Oliveira (MAPA) compreendeu que a proposta do Ministério foi excelente e comunicou
265 que o MAPA também trabalha com assentamentos de associativismo e cooperativismo. Com
266 relação o item de pauta da questão envolvendo matérias que tramitam no Congresso Nacional, o Sr.
267 Carlos Eduardo (CONTAG) ilustrou que os rurais sempre enfrentaram um desafio muito grande de
268 conseguir fazer frente à bancada ruralista no Congresso, sendo que desde início do ano, esse
269 movimento acirrou, tendo a restrição das regras do Seguro Desemprego. Discorreu que alguns
270 projetos ganharam força na tramitação nos últimos meses, visto que são projetos que não tratam do
271 conceito de trabalho escravo, mas que retiram os direitos dos trabalhadores, submetendo os
272 trabalhadores ao que justamente a bancada ruralista, por exemplo, não considera trabalho escravo,
273 como a jornada exaustiva. Elucidou que houve o veto da Portaria 665 e a aprovação da Medida
274 Provisória 673, que trata sobre o emplacamento de tratores, em que foi inserida a emenda para
275 estender a jornada de trabalho. Ponderou que a CONTAG está solicitando a ajuda das demais

276 entidades para enfrentar a bancada ruralista e informou que encaminhará para os membros presentes
277 da CONATRAE um resumo mais detalhando de todos os projetos. A Sra. Jacqueline Carrijo
278 articulou que nos últimos doze meses acompanharam um pacote de movimentações dentro do
279 Congresso Nacional de decisões legislativas de destruição do direito do trabalho, que atinge os
280 rurais e os motoristas e inferiu que os trabalhadores precisam tomar para si a responsabilidade de
281 defender os seus direitos de forma contundente. O Sr. Carlos Eduardo explanou que trouxeram
282 trabalhadores rurais para entrar nas sessões e que, está trazendo essa questão, por reconhecer que
283 existem parceiros importantes que podem ajudar. Prosseguindo para a apresentação da SINAIT, o
284 Sr. Uilliam Ribeiro da Costa (UNIMIL/GO) comentou que o Brasil nunca vai erradicar o trabalho
285 escravo no território nacional, porque os Estados praticam trabalho escravo com o trabalhador e
286 ressaltou que o trabalho militar é degradante, penoso, insalubre e perigoso e trabalham 99% das
287 vezes sem EPI e sem equipamento de proteção coletiva com números insuficiente ou em número
288 inadequado. Informou que foi preso na Comissão Estadual da CONATRAE em Goiás por
289 apresentar o argumento de que cerca de 30 militares foram punidos por não estarem alcançáveis
290 durante a sua folga. O Ministro Pepe Vargas sugeriu ao Sr. Uilliam Ribeiro da Costa que
291 encaminhasse a denúncia formalizada para a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos para ser
292 encaminhada para os órgãos competentes. A Sra. Jacqueline Carrijo articulou que em função das
293 denúncias, abriu uma fiscalização na Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de
294 Goiás, porque o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário local, ao longo de várias
295 reclamações de falta de EPC, IPI e de jornadas de trabalho exaustivas, apenas pegaram o
296 regulamento e alegaram que existia contingenciamento, para submeter os trabalhadores a condição
297 de trabalho degradante e exaustiva. O Ministro Pepe Vargas compreendeu que seria muito
298 importante ter no âmbito da SDH a presença de entidades que representam os militares e que, o
299 posicionamento enquanto Secretaria dos Direitos Humanos, é que de fato os direitos dos policiais
300 devem ser preservados. Um participante complementou que em dezembro de 2010, a CNDH, a
301 Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, baixaram uma Diretriz nº 02,
302 falando sobre direitos humanos e segurança pública e explanou que essa norma está sendo rasgada
303 pelo Estado de Goiás. Não havendo mais nenhum item para ser tratado, o Sr. Silvio Brasil
304 agradeceu a equipe pelo trabalho realizado para realização da reunião. **ENCERRAMENTO:** O
305 Ministro Pepe Vargas agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

306

307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337

Pepe Vargas
Ministro da Secretaria de Direitos Humanos

Brasília,
Julho de 2015.